



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 13/09/2019 das 9h30 às 16h00

Local: FECAM – Estreito/Florianópolis

I - PARTICIPANTES:

ANAMMA	Janaina Mendes
ABES	Fernanda Maria F. Vanhoni
CASAN	Patrice Barzan
CIMVI	Sandra Regina Batista, Rafael Paludo
CREA/SC	Tiago Borge
CRQ-XIII	Odilon G. Amado Júnior (Presidente em exercício)
EPAGRI	Célio Haverroth
FACISC	Schirlene Chegatti (Relatora); Leticia Lunardi (Secretária em exercício)
FECAM	Juliana Plácido e Alexandre Martins
FIESC	Ausente
FLORAM	Cláudio S. da Silveira
IMA	Ivana Becker; Ana Paula Klein
OAB	Ausente
SDS (SDE)	Robson Cunha
Convidados	Fernanda Corradi (IMA)

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

No início da reunião foi informado a todos os conselheiros presentes que, devido à ausência justificada do presidente Sr. Jonas Comin (CRQ) e da relatora Sra. Fabiane Nobrega (FIESC), a presente reunião será conduzida pelo Sr. Odilon Amado (CRQ), tendo como relatora Sra. Schirlene Chegatti (FACISC) e secretária Sra. Leticia Lunardi (FACISC).

Foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade.

2. Discutir e revisar conceito de Atividade Secundária constante na Resolução CONSEMA nº 98/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA;

Discussão: Os membros da CTL debateram alguns exemplos e aspectos ligados ao tema Atividade Secundária.

Exemplos:

- ✓ CNPJ iguais - licença única (atividade principal e secundária).
- ✓ CNPJ diferentes e com comprovação de propriedade ou posse comprovada (matrícula, endereço, localização física, etc.) – licenças pode ser diferente, porém pode haver vínculo entre as condicionantes das licenças.
- ✓ Para uma atividade licenciável os controles ambientais não são considerados atividades secundárias.
- ✓ Dificuldade a ser analisada: atividades com CNPJs distintos que não são complementares ou de suporte, são totalmente independentes, porém estão na mesma área (endereço /espaço físico) poderiam ser duas licenças, mas a análise ambiental e controles devem considerar todo o conjunto. Essa situação não seria aplicável à condomínios. Nestes casos, o órgão licenciador deve ser um só, sendo licenciável pelo estudo de maior complexidade e respectivo órgão competente. Também considerar o estudo existente x área de influência e entornos.

Conforme Consema 98/17:

VIII - Atividade Principal: é a atividade fim que compreende as atividades essenciais e normais para as quais o empreendimento se constituiu.



50	IX - Atividade Secundária: é a atividade auxiliar de produção de bens ou serviços exercidos no
51	mesmo empreendimento da atividade principal.
52	Proposta:
53	IX - Atividade Secundária: é a atividade complementar inerente ou de suporte a produção de
54	bens ou serviços que pode ocorrer nas fases de implantação, operação, manutenção e
55	ampliação do empreendimento, exceto os controles ambientais.
56	Novo artigo:
57	Artigo 11-A No caso de atividades desenvolvidas em área compartilhada, independente da
58	titularidade dos empreendimentos, porém sem dependência direta entre as atividades, os
59	processos de licenciamento serão distintos, porém os estudos ambientais devem considerar
60	todas as atividades existentes na área compartilhada.
61	Discussão:
62	Caso a atividade principal do empreendimento não seja licenciável, mas exista em sua estrutura
63	outras atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de
64	forma individualizada e de acordo com os portes constantes nas Resoluções CONSEMA nº
65	98/2017 e nº 99/2017. O porte a ser considerado será aquele da atividade licenciável. É
66	possível licenciar um outro empreendimento na mesma área sendo que o estudo ambiental
67	deve considerar os impactos ambientais provenientes do processo de licenciamento da
68	atividade principal e disponibilizados em estudo ambiental aprovado por órgão ambiental
69	competente.
70	
71	O IMA realizou nova avaliação do tema considerando a necessidade crescente de compatibilizar
72	os processos de licenciamento com o sistema de códigos do CNAE, sendo que a definição de
73	'atividade secundária' existente no CNAE não possui descrição adequada condizente com o
74	licenciamento ambiental, uma vez que existem diversas possibilidades que devem ser
75	observadas.
76	
77	PROPOSTA ATIVIDADE SECUNDÁRIA IMA:
78	
79	VIII - Atividade Principal: é a atividade fim que compreende a atividade essencial para a qual o
80	empreendimento se constituiu.
81	
82	IX - Atividade complementar: atividade de suporte à produção de bens ou serviços desenvolvida
83	na mesma área da atividade principal, que permite ganho de produtividade ou prestação de
84	serviço adicional.
85	
86	X - Atividade complementar independente: atividade sem vínculo direto com a atividade
87	principal, <u>realizada</u> por pessoa física ou jurídica distinta, desenvolvida na mesma área do
88	empreendimento essencial através de contrato de cedência ou similar e com compartilhamento
89	dos controles ambientais e áreas comuns.
90	
91	O licenciamento ambiental das atividades complementares deve dar-se em um único processo,
92	com exceção da atividade complementar independente, a qual poderá ter seu processo de
93	licenciamento distinto, porém o estudo ambiental deverá ser desenvolvido considerando todas
94	as atividades existentes na área compartilhada, devendo ter proporção ao estudo da atividade
95	principal.
96	O órgão ambiental deverá vincular os processos de licenciamento desenvolvidos em área
97	compartilhada, realizando a análise ambiental integral.
98	
99	NOVA PROPOSTA CONSENSADA EM REUNIÃO DA CTL:
100	
101	<u>Atividade Principal:</u> é a atividade fim que compreende a atividade essencial para a qual o
102	empreendimento se constituiu.



103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155

Atividade inerente: atividade exercida dentro da empresa, sendo uma etapa essencial do processo produtivo ou serviço da atividade principal. Esta atividade não deve ser enquadrada como atividade complementar.

Atividade complementar: atividade de apoio à produção de bens ou serviços desenvolvidos na mesma área da atividade principal ou atividade sem vínculo operacional direto com a atividade principal, realizada ou não por pessoa física ou jurídica distinta, desenvolvida na mesma área do empreendimento principal e com compartilhamento dos controles ambientais e áreas comuns.

Nova redação de Artigos:

Art. 10. No licenciamento de um empreendimento deverá ser definida a Atividade Principal e as Atividades Complementares, quando houver.

Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido para fins de licenciamento ambiental, deverá ser de acordo com a atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade.

Art. 10-A O licenciamento ambiental das atividades complementares deve se dar em um único processo, com exceção das atividades complementares realizadas por pessoa física ou jurídica distinta, que pode ter processo de licenciamento distinto.

Parágrafo Único. No caso de processo de licenciamento distinto, o órgão ambiental licenciador deverá vincular os processos. O estudo ambiental a ser apresentado deverá considerar os impactos de todas as atividades vinculadas.

Art. 10-B Caso a atividade principal do empreendimento não seja licenciável mas exista em sua estrutura outras atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de forma individualizada, de acordo com os portes constantes nesta resolução. O porte a ser considerado será aquele da atividade licenciável.

Encaminhamento: Os membros da CTL irão avaliar as propostas de texto consensada na reunião. A validação final ocorrerá na próxima reunião.

3. Discussão e revisão de diversos códigos das Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA e CIMVI;

Discussão: discussão adiada para próxima reunião.

Encaminhamento: continua na próxima reunião.

4. Discussão referente a demanda oriunda da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos - CTAJ quanto a minuta de resolução que estabelece regras para o envio dos processos de licenciamento ambiental do município para o Instituto do Meio Ambiente - IMA (deliberação encaminhada para a FECAM)

Discussão: Em avaliação a minuta oriunda da CTAJ considerando o disposto na Resolução Consema nº 117/2017 e na Portaria IMA nº 61/2019, bem como texto consolidado pela FECAM considerando as observações feitas pela CTL.

Encaminhamento: Ajustes realizados no texto da FECAM. A Câmara Técnica de Licenciamento (CTL) irá encaminhar à CTAJ a minuta revisada da resolução.



156 **5. Solicitação da ABES/CREA/CRQ/ABETRE de alteração da descrição do Código da**
157 **atividade 34.41.13 da Resolução Consema n.º 98/2017 Estação de transbordo para**
158 **resíduos sólidos urbanos.**

159 Discussão: Dando continuidade à solicitação da ABES da reunião de 12/08/19, O IMA realizou
160 a avaliação e está de acordo com todas as propostas apresentadas na Câmara Técnica de
161 Licenciamento:

162
163 **I. Alteração da descrição do código:**

164 COMO ESTÁ HOJE:

165 34.41.13 -Estação de transbordo para resíduos sólidos urbanos.

166 Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: M Geral: M

167 Porte Pequeno: QT ≤ 30 (RAP)

168 Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP)

169 Porte Grande: QT ≥ 50 (EAS)

170

171 PROPOSTA:

172 34.41.13 -Estação de transbordo para resíduos ou rejeitos sólidos urbanos ou equiparados aos
173 resíduos domiciliares.

174 Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: M Geral: M

175 Porte Pequeno: QT ≤ 30 (RAP)

176 Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP)

177 Porte Grande: QT ≥ 50 (EAS)

178 **Justificativa:** a definição de Resíduos Sólidos Urbanos conforme Lei 12.305/2010, artigo 13º
179 diz que:

180 *Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:*
181 *I - quanto à origem:*

182 *a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;*

183 *b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias*
184 *públicas e outros serviços de limpeza urbana;*

185 *c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";*

186 *d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas*
187 *atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";*
188 *(...).*

189 *II - quanto à periculosidade:*

190 *a) (...)*

191 *b) (...)*

192 *Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea "d" do*
193 *inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza,*
194 *composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público*
195 *municipal.*

196 Portanto, com a atual descrição desse código, uma estação de transbordo não poderia receber
197 resíduos comerciais ou industriais, mesmo que estes tenham as mesmas características dos
198 domiciliares (resíduos de áreas administrativas, banheiros, refeitórios etc.). Se a nomenclatura
199 levar em consideração a classe do resíduo, como não perigoso, estariam todas as origens
200 englobadas, desde que, os resíduos possuam as mesmas características dos domiciliares em
201 conformidade com o parágrafo único do artigo 13º da PNRS.

202

203 **II. Unificação de códigos e ajustes de porte**

204 COMO ESTÁ HOJE:

205 34.41.10 –Disposição final de rejeitos urbanos em aterros sanitários.

206 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: G Geral: G

207



218	Porte Pequeno: $QT \leq 30$ (EAS)
219	Porte Médio: $30 < QT < 50$ (EAS)
220	
221	Porte Grande: $QT \geq 50$ (EIA)
222	
223	PROPOSTA - eliminar o código 34.41.10 , incorporando-o no código de atividade 71.60.04
224	71.60.04 -Disposição final de rejeitos industriais Classe II A e Classe IIB, em aterros.
225	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
226	Porte Pequeno: $QT \leq 5$ (EAS)
227	Porte Médio: $5 < QT < 15$ (EAS)
228	
229	Porte Grande: $QT \geq 15$ (EIA)
230	
231	PROPOSTA
232	71.60.04 -Disposição final de rejeitos Classe II A e Classe IIB, de qualquer origem, em aterros.
233	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: G Geral: (G)
234	Porte Pequeno: $QT \leq 30$ (EAS)
235	Porte Médio: $30 < QT < 50$ (EAS)
236	
237	Porte Grande: $QT \geq 50$ (EIA)
238	Justificativa: Considera-se que o código de atividade CONSEMA 34.41.10 "Disposição final
239	de rejeitos urbanos em aterros sanitários" é redundante, uma vez que esta condição de
240	disposição final já está contida no código de atividade CONSEMA 71.60.04 "Disposição final de
241	rejeitos industriais Classe II A e Classe IIB, em aterros", se considerarmos as características
242	técnicas e tipológicas dos resíduos urbanos, bem como a compatibilização com a legislação
243	vigente. Ainda se propõe ajustes nos portes do código de atividade CONSEMA 71.60.04 de
244	forma a estabelecer coerência técnica com os demais códigos correspondentes. Nesta proposta
245	se mantém os portes originalmente indicados no código de atividade CONSEMA 34.41.10, que
246	já possuía indicações técnicas adequadas.
247	
248	III. Alteração de descrição de código
249	COMO ESTÁ HOJE:
250	71.60.03 -Disposição final de rejeitos industriais Classe I, em aterros.
251	Potencial Poluidor/Degradador Ar: G Água: G Solo: G Geral: G
252	Porte Pequeno: $QT \leq 5$ (EIA)
253	Porte Médio: $5 < QT < 15$ (EIA)
254	
255	Porte Grande: $QT \geq 15$ (EIA) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 112, de 2017)
256	
257	PROPOSTA
258	71.60.03 Disposição final de rejeitos Classe I, de qualquer origem
259	Potencial Poluidor/Degradador Ar: G Água: G Solo: G Geral: G
260	Porte Pequeno: $QT \leq 5$ (EIA)
261	Porte Médio: $5 < QT < 15$ (EIA)
262	
263	Porte Grande: $QT \geq 15$ (EIA)
264	
265	IV. Alteração de descrição de código
266	COMO ESTÁ HOJE:
267	34.41.15 -Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos segregados na fonte.
268	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
269	Porte Pequeno: $0,5 < QT \leq 30$ (RAP)
270	Porte Médio: $30 < QT < 50$ (RAP)



271 Porte Grande: $QT \geq 50$ (EAS)

272

273

274 PROPOSTA

275 34.41.15 -Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, segregados na fonte

276 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

277

278 Porte Pequeno: $0,5 < QT \leq 30$ (RAP)

279 Porte Médio: $30 < QT < 50$ (RAP)

280 Porte Grande: $QT \geq 50$ (EAS)

290

291

292 **V. Alteração de descrição de código**

293 COMO ESTÁ HOJE:

294 34.41.16 -Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva.

295 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

296 Porte Pequeno: $5 \leq QT \leq 30$ (RAP)

297 Porte Médio: $30 < QT < 50$ (RAP)

298 Porte Grande: $QT \geq 50$ (RAP)

299 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de
300 Autorização Ambiental –AuA.

301

302 PROPOSTA

303 34.41.16 - Central de triagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, oriundos de coleta
304 seletiva

305 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

306 Porte Pequeno: $5 \leq QT \leq 30$ (RAP)

307 Porte Médio: $30 < QT < 50$ (RAP)

308 Porte Grande: $QT \geq 50$ (RAP)

309 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de
310 Autorização Ambiental –AuA.

311

312

313 **VI. Inclusão de definição na Resolução 98/2017**

314 Colocar definição no Art. 2º da resolução 98/2017 ou na que venha substituí-la, como segue:

315 PROPOSTA

316 Resíduos Equiparados: são os resíduos ou rejeitos que são caracterizados como não perigosos
317 e que, em razão de sua natureza, composição ou volume, podem ser equiparados aos resíduos
318 ou rejeitos domiciliares

319

320 **VII. Alteração de definição de código**

321 COMO ESTÁ HOJE:

322 47.10.10 –Transporte rodoviário de produtos perigosos, exclusivamente no território
323 catarinense, e transporte de resíduos e rejeitos de estabelecimentos comerciais e prestadores
324 de serviço, industriais, de serviços de saúde, de mineração, exceto os resíduos domiciliares,
325 resíduos de limpeza urbana, resíduos da construção civil não perigosos, resíduos de serviços
326 de transporte não perigosos, resíduos agrossilvopastoris e resíduos recicláveis não
327 contaminados: papel, papelão, plástico, madeira, sucatas metálicas, tecidos, vidros, polímeros
328 expandidos e demais embalagens.

329 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G

330 Porte Pequeno: $NV \leq 10$

331 Porte Médio: $10 < NV < 40$

332



333	Porte Grande: $NV \geq 40$
334	Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença de Adesão ou
335	Compromisso -LAC. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 123, de 2018)
336	
337	PROPOSTA
338	47.10.10 Transporte rodoviário de produtos perigosos, resíduos perigosos ou rejeitos perigosos,
339	exclusivamente no território catarinense".
340	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G
341	
342	Porte Pequeno: $NV \leq 10$
343	Porte Médio: $10 < NV < 40$
344	Porte Grande: $NV \geq 40$
345	Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença de Adesão ou
346	Compromisso -LAC.
347	Justificativa: Alterada a proposta enviada pela ABES/ABETRE, em função do termo utilizado
348	pela ANTT (Resolução 5848 e demais).
349	Encaminhamento: Incluir na revisão da Resolução 98 e 99/17 do segundo semestre de 2019.
350	
351	6.Solicitação FECAM sobre o tema Tanatopraxia
352	Discussão: solicitada a retomada do assunto relacionado à atividade de funerárias em função
353	do ofício n. 024/COMDEMA de Tubarão. Essa demanda foi encaminhada pela Câmara Técnica
354	de Resíduos (CTR) em 2014, em função de ausência de código para esta atividade e
355	necessidade de licenciamento apontada durante as tratativas de regulamentação no Estado do
356	PGRSS. Em 2015 foi avaliada pelo GT Licenciamento a proposta abaixo e concluiu-se que os
357	Serviços de Somatoconservação ou de Tanatopraxia ou de Taxidermia não fariam parte da lista
358	de atividades licenciáveis em função dos controles associados estarem ligados a aprovação do
359	PGRSS pela Vigilância Sanitária, competente pela controle e fiscalização destas atividades.
360	
361	Serviços de Somatoconservação ou de Tanatopraxia ou de Taxidermia.
362	Potencial Poluidor/Degradador – Ar: P; Água: M; Solo: M; Geral: M
363	
364	Porte Pequeno: $AU \leq 0,005$ (RAP)
365	
366	Porte Médio: $0,005 < AU \leq 0,01$ (RAP)
367	Porte Grande: $AU > 0,01$ (RAP)
368	No entanto, atualmente, considerando a necessidade de tratamento dos efluentes gerados
369	serem passíveis de tratamento por sistemas de esgotamento, foi avaliada a possibilidade de
370	condicionar o licenciamento em função da existência de rede coletora pública e tratamento
371	de efluentes.
372	
373	Encaminhamento: Proposta apresentadas, continua discussão na próxima reunião.
374	
375	7. Dúvida técnica refere-se ao item 34.20.00 – Unidade de produção de gás e biogás, com
376	ou sem aproveitamento energético da Resolução CONSEMA/SC n. 098/2017 (alterada
377	pela Resolução CONSEMA/SC n. 118/2017)
378	Exposição de motivos: dúvida técnica (De: Stevens Spagnollo E-mail:
379	stevens_spagnollo@ima.sc.gov.br) refere-se ao item 34.20.00 – Unidade de produção de gás
380	e biogás, com ou sem aproveitamento energético da Resolução CONSEMA/SC n. 098/2017
381	(alterada pela Resolução CONSEMA/SC n. 118/2017). Em especial quanto a vazão de
382	bombeamento "Q(1)", assim definida, em especial a confirmação que se trata de m³/h e sobre
383	de qual vazão o item está tratando.
384	Discussão:
385	Justificativa técnica: A justificativa da dúvida se deve, quanto a unidade de vazão, somente pelo
	fato dos valores alterados da Resolução CONSEMA/SC n. 098/2017 serem os mesmos, porém



386 com resultados em L/h e não por m³/h como na versão original. Explico, na versão original
387 (Resolução CONSEMA/SC n. 098/2017) o porte "P", por exemplo era até 0,5 m³/h, atualmente
388 (Resolução CONSEMA/SC n. 118/2017) é considerado como até 500 m³/h. Peço a gentileza de
389 confirmar que a alteração é essa mesma. Já a outra dúvida se deve ao fato do dimensionamento
390 da estrutura, pois difere da vazão de chegada de efluente percolado (biomassa contribuinte
391 para a digestão anaeróbia) e da vazão gerada no equipamento, ou seja, a vazão de biogás. No
392 primeiro o fluido é líquido/semilíquido, já no segundo trata-se de um gás. Tal fator é importante,
393 pois difere consideravelmente em função do tipo de biomassa, ou seja, do tipo da fonte de
394 geração (bovinos, suínos, aves).
395 Proposta: Esclarecimento quanto ao parâmetro de vazão, sua unidade de medida e
396 identificação da vazão.

397

398 ANTES

399 34.20.00 –Unidade de produção de gás e biogás, com ou sem aproveitamento energético.
400 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: P Solo: P Geral: M

401 Porte Pequeno: $Q(1) \leq 0,5$ (RAP)

402 Porte Médio: $0,5 < Q(1) < 2$ (RAP)

403 Porte Grande: $Q(1) \geq 2$ (EAS)

404

405 DEPOIS

406 34.20.00 –Unidade de produção de gás e biogás, com ou sem aproveitamento energético.
407 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: P Solo: P Geral: M

408 Porte Pequeno: $Q(1) \leq 500$ (RAP)

409 Porte Médio: $500 < Q(1) < 2000$ (RAP)

410 Porte Grande: $Q(1) \geq 2000$ (EAS) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 118, de 2017)

411

412 $Q(1)$ = vazão de bombeamento (m³/h)

413

414 **Encaminhamento: providenciar ofício à secretaria executiva esclarecendo que a**
415 **mudança foi intencional para ajuste da atividade para providências de resposta ao**
416 **requerente.**

417

418 **8. Dúvida técnica sobre a sigla AU(3) - Área útil geral (ha), da Resolução CONSEMA nº**
419 **99/2017, via Auditoria Geral do Estado**

420 **Discussão:**

421 Esclarecer se a mesma refere-se à área total do empreendimento, ou apenas à área que será
422 utilizada/destinada para determinada(s) atividade(s).EBL Ambiental
(contato@eblambiental.com.br)

423 **Encaminhamento: Elaborar ofício à secretaria executiva com resposta para responder o**
424 **requisitante contendo a definição conforme resolução nº 98/2017.**

425

426 **9. Assuntos Gerais.**

427

428 **a) Próximas reuniões:** 11 de outubro, na ACIJ, em Joinville.

429

430 **II - ENCERRAMENTO:**

431 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
432 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de todos
433 deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene Chegatti.

434